

## **Flexibilização do teto de gastos já é uma realidade**

### **O Estado de S. Paulo**

Em meio a choques e à normalização econômica, a economia brasileira está muito “mexida” e é preciso entender a dinâmica do momento para não entrar em escaladas “otimistas” ou “pessimistas”, afirma a economista-chefe do Santander Brasil, Ana Paula Vescovi.

Ex-secretária do Tesouro Nacional, ela cita que há otimismo exacerbado em algumas avaliações sobre a melhora fiscal. Em sua avaliação, três quartos da melhora fiscal vêm da inflação (PIB nominal de 18% em 2021) e uma nova flexibilização do teto já é uma realidade, com o imbróglio dos precatórios e alguma ampliação do Bolsa Família. Para a dívida, só espera o pico em 2028, em 92% do PIB.

O Santander Brasil diminuiu sua projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, de 2,0% para 1,7%, devido à expectativa de um aperto monetário mais forte – taxa Selic a 8,5% – e risco de piora de condições financeiras. Vescovi, porém, aponta um certo pessimismo na onda de revisões, após previsões de crescimento abaixo de 1% nos últimos dias. Leia abaixo os principais trechos da entrevista:

- **O relatório de revisão de cenário é intitulado custo social da ilusão monetária? Qual seria esse custo?**

É um cenário muito ambíguo. Por um lado, há revisões para cima de inflação, que chegaram a tal ponto que reavivaram a inércia inflacionária (processo em que inflação atual se reflete na futura). Por outro lado, a inflação melhora dados fiscais de curto prazo, seja por indicadores de

receita ou de dívida/pib, devido ao aumento de PIB nominal. Isso demanda mais esforço para entender o momento. A inflação continua como preocupação central. A gente entende que é fruto de um conjunto de choques. Por outro lado, vemos a revisão de PIB para o ano que vem, devido ao necessário aperto monetário. Precisamos entender melhor a dinâmica do momento, para não entrar em escalada muito otimista, como da melhora de dados fiscais, nem em uma escalada muito pessimista, como com as revisões do PIB do ano que vem.

• **Nos últimos dias, vimos revisões bastante significativas para o PIB de 2022. Com a previsão de taxa Selic em 8,5%, incertezas fiscais e tensões políticas no cenário, o que sustenta um cenário próximo de 2% do Santander?**

Fizemos uma revisão de 2% para 1,7%. A gente percebe que a política monetária vai ter de ser ainda mais restritiva para trazer a inflação para meta em 2023 (de alta de 3,25%). Mas não podemos deixar de perceber que a abertura da economia é uma realidade. Vemos a mobilidade praticamente normal no Brasil. Ainda há espaço de recuperação até o fim do ano dos serviços muito afetados pela pandemia, principalmente os ligados às famílias, o que traz um carrego estatístico para o ano que vem.

• **Como recebeu a declaração do presidente do BC, Roberto Campos Neto, de que farão tudo para convergência, mas não necessariamente vão reagir à frequência de alta da inflação?**

Os mercados estavam realmente em um processo de nervosismo muito grande. A curva de juros estava incorporando, nos horizontes mais longos, aumentos muito grandes. Foi uma tentativa de modular o nervosismo do mercado, que reagiu imediatamente. Pode ser acertada, a depender da comunicação do BC nas próximas reuniões.

• **Um fator de fora do controle do BC é o fiscal. Uma nova flexibilização do teto já é uma realidade?**

A nova flexibilização do teto já é uma realidade. Seja a solução que vier para os precatórios, me parece que vai ter custos. Parcelar traz a percepção de não cumprimento de compromissos. Retirar do teto significa fazer nova modificação do teto. Acabamos de mexer nisso. Agora, falam em uma nova surpresa, quando a questão do Fundef (programa educacional dos anos 1990 para universalizar o acesso à escola e substituído pelo Fundeb) está sendo discutida desde 2018. Qual será a solução a gente não sabe, dado que há expectativa de novo programa social, que é despesa permanente, em contexto social mais frágil no pós-pandemia. Aguardamos a decisão entre Poderes para entender como vai ser costurada a solução.

• **O secretário Adolfo Sachsida refutou argumentos de piora fiscal e aumento de juros na piora do mercado para 2022. Não há certo "negacionismo" da deterioração do cenário para 2022?**

Eu acho que o aumento de juros é relevante. Está indo de 2% para 8,5%. Pesa no custo financeiro das famílias e das empresas. Taxas mais longas de juros em 11% afetam o custo de investimento. Isso está

afetando a economia. Tem uma piora de condições financeiras, que está associada a muitos fatores, como os choques múltiplos, muitos incentivos por causa da pandemia. E tem sim uma questão de expectativas. Estamos entrando em um processo de normalização econômica com muita incerteza. A incerteza está aumentando, é crescente, é predominante. Precisamos assistir uma solução do Orçamento de 2022. Quanto antes vier e mais organizado vier, melhor.

Núcleo de Inteligência - Sedet

**Edição 230 - Em 20 de setembro de 2021**

Os textos do conteúdo exposto neste informativo não são de autoria do Governo do Estado do Ceará.